

Centrão não consegue aprovar sua reforma agrária

Josemar Gonçalves

O Centrão sofreu, ontem, sua segunda importante derrota na Constituinte ao ter sua proposta que impedia a reforma agrária nas grandes propriedades produtivas rejeitada por 248 votos contra 242 e 37 abstenções. Como a votação não alcançou a maioria de 280 votos, o substitutivo do grupo ao capítulo que trata da política agrícola e fundiária e da reforma agrária será apreciado novamente, hoje a partir das 20h00, para uma decisão final do plenário sobre a matéria.



A rejeição da proposta — que teve parecer contrário do relator Bernardo Cabral — forçará o Centrão a retomar as negociações com os partidos de esquerda na Constituinte e a liderança do PMDB, interrompidas no início da noite de ontem, quando o grupo colou sua emenda em votação.

Sem voto

Ao final da sessão de ontem, os

Plenário condena tática do cansaço

O caminho percorrido pelas lideranças partidárias nas últimas 72 horas à procura do texto consensual sobre a reforma agrária foi alvo de críticas ontem, no plenário da Constituinte, tanto dos conservadores quanto progressistas. As resistências de ambos os lados que dificultariam e impediram o acordo, transformaram a sessão "pinga-fogo" em um verdadeiro muro de lamentações.

O líder do PDS, deputado Amaral Netto, advertiu que o País e a Constituinte interromperam suas atividades para acompanhar um acordo que "nunca saía", culpa segundo ele, da pressão espúria de grupos ideológicos dos dois lados em cima dos líderes de partido. "Eu não tomo parte desta pantomima", disparou o parlamentar ao comentar que a tática do Centrão como das esquerdas, era protelar e empurrar a votação com a barriga "até um lado vencer pelo cansaço".

A deputada Cristina Tavares, sem partido, ocupou a tribuna para responsabilizar o líder do PFL, deputado José Lourenço pela morosidade do acordo, ao assumir uma intransigente postura em defesa dos latifundiários e da propriedade improdutiva.

As galerias do Congresso Nacional foram ocupadas em sua quase totalidade por filiados da União Democrática Ruralista (UDR) e grupos isolados de trabalhadores rurais, que aguardaram 240 minutos para acompanhar a votação da reforma agrária. Eles tiveram de presenciar, neste tempo, tímidos pronunciamentos alusivos à greve dos bancários e trabalhadores de refinarias de petróleo.

Desestabilização

O líder PFL, José Lourenço, por exemplo, criticou a paralisação, que para ele deixou de ser reivindicatória e virou instrumento político de desestabilização do Governo. O vice-líder do PT, José Genoino, apoiou a greve como manifestação legítima de protesto do trabalhador contra a política econômica recessiva e o arrocho salarial.

Diversos parlamentares se revezaram nos microfones do plenário para exigir que o presidente Ulysses Guimarães colocasse, imediatamente em votação a matéria, mesmo sem a formalização do acordo.

As 18h30, hora regimental para encerramento da sessão, o presidente da Mesa, Jorge Arbage, insistiu, apesar de protestos em prorrogar a sessão por mais 20 minutos, "de ofício". Foi o tempo suficiente para que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, chegasse ao plenário e iniciasse o processo de votação.

coordenadores do Centrão, como o deputado José Lourenço (PFL-BA), admitiram que não terão os 280 votos necessários para a aprovação do substitutivo. Diante do resultado negativo, Lourenço já concordava em reabrir as negociações em torno de emenda de fusão que permite a desapropriação para fins de reforma agrária das grandes propriedades produtivas que não cumpram as funções sociais.

Segundo os próprios coordenadores do Centrão, o grande derrotado na votação de ontem foi o presidente nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Caiado, que, depois de intensa mobilização contra a reforma agrária nas grandes propriedades, não conseguiu o apoio de 280 votos a favor do substitutivo dos centristas.

Negociações

Pelo Regimento da Constituinte, a emenda coletiva do Centrão terá que ser votada novamente hoje, 24 horas após a primeira apreciação da matéria. Caso ela não obtenha, mais uma vez, 280

votos favoráveis, será apreciado o projeto da Comissão de Sistematização.

Como o texto também não tem a maioria absoluta para a sua aprovação, a única solução para o impasse será a apresentação de um texto de consenso. Segundo o deputado José Lins (PFL-CE), os únicos representantes do Centrão que são contra as negociações em torno da proposta que permite a desapropriação nas terras produtivas que não estiver cumprindo sua função social, são os deputados Rosa Prata (PMDB-PR) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), ambos grandes proprietários rurais.

Na sessão de ontem, o momento mais importante da votação foram os discursos dos senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Mário Covas (PMDB-SP). Ao defender a proposta do Centrão, Passarinho acusou a esquerda de assumir uma posição ideológica contra a grande propriedade. Já o líder do PMDB, destacou que a reforma agrária se faz fundamentalmente pelo imperativo de justiça. (Silvio Donizetti)

"Negociação" de radicais

"Fizemos muita besteira hoje". Essa foi a avaliação apresentada pelo deputado Rosa Prata (PMDB-MG), durante a última reunião do dia entre os líderes do Centrão e principais representantes das entidades que defendem os interesses dos proprietários rurais, sobre as oito horas de negociação com a ala progressista da Constituinte. Dividido em várias propostas, o Centrão decidiu nessa última conversa acatar a sugestão de "endurecimento" do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), pon-do fim a qualquer possibilidade de negociação.

O confronto já era considerado inevitável às 10h00 da manhã, quando os líderes começaram a chegar à liderança do PMDB na Constituinte para a segunda rodada de negociações sobre a reforma agrária. Na mesa duas propostas: a do Centrão que vedava a desapropriação para fins de reforma agrária das terras produtivas; e a da ala progressista, que permitia a desapropriação quando essa propriedade não estivesse cumprindo sua função social.

Logo no início da reunião o deputado José Lins (PFL-CE) encaminhou uma proposta substitutiva. O texto tornava insusceptíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, a pequena e média propriedade produtiva, que ficaria sujeita ao cumprimento de exigências mínimas complementares, baseadas no princípio da função social a ser definida em lei.

Apesar do conceito abrangente, a ala progressista estava disposta a aceitar a fusão de emendas do deputado José Lins. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) rejeitava integralmente a sugestão alegando que a exclusão das pequenas e médias propriedades e da maior parte das propriedades produtivas — mesmo que não cumpram função social — permitiria reforma agrária em aproximadamente apenas 3,4% do território nacional, o que para as necessidades atuais, segundo o presidente da entidade, José Francisco, "é insuficiente".

A ala mais radical do Centrão — representada na negociação pelos deputados Rosa Prata e Alysson Pau-

linelli — contestou imediatamente, argumentando que não haveria acordo enquanto existisse intenção de criar qualquer tipo de desapropriação na propriedade produtiva. Do lado de fora da sala, os representantes da UDR também contestavam a proposta e exigiam do Centrão mais resistência em relação às exigências da ala progressista.

O presidente Nacional da UDR, Ronaldo Caiado, que se instalou na sala de suplências da Constituinte, enviou um recado às 15h00 aos líderes do Centrão: "Não devemos mais negociar. Vamos decidir no voto". Imediatamente, providenciou que os representantes da entidade se instalassem no plenário para exigir a agilização dos trabalhos. Além do impasse, Caiado temia outro problema: o esvaziamento da mobilização dos ruralistas dentro do Congresso Nacional.

Nesse exato momento, o Centrão recuava na negociação, retirando a proposta José Lins e colocando em seu lugar um parágrafo onde o proprietário de terras produtivas ficaria obrigado a cumprir a função social pela legislação ordinária. Essas propriedades, no entanto, não seriam passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

O senador Mário Covas (PMDB-SP) ainda acreditava que era possível evitar o confronto que poderia criar um impasse maior: — o "buraco negro". Por isso sugeriu às lideranças do Centrão que rediscutissem o tema, para tentarem encontrar alguma fórmula mais avançada.

A tentativa de Covas não prosperou. Com os ânimos exaltados os dois grupos que fizeram reuniões isoladas decidiram pelo "endurecimento". Depois de vinte minutos de reunião fechada, o Centrão voltou com as duas propostas já apresentadas. No fim da reunião — onde um dos constituintes presentes chegou a advertir que "podemos perder" — o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) antecipeou qual seria o resultado da última rodada de negociações: "As nossas propostas são as mesmas, pois não queremos ser responsáveis pelo fim do diálogo. Mas tenho certeza que vamos a voto porque eles não vão aceitar." (Carmem Kozak).

Empresário fica contra restrição a estrangeiro

Porto Alegre — O vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e diretor de Recursos Humanos da Autolatina, Jacy Mendonça, criticou em Porto Alegre, as restrições ao capital estrangeiro que foram estabelecidas na Constituinte e enfatizou que, "se o Brasil seguir nesta viagem, irá em direção a uma desgraça social na qual nós seremos as vítimas". Segundo ele, o Brasil precisa de mais investimentos, já que o seu maior problema é o aumento do número de empregos, e a discriminação ao capital estrangeiro poderá representar um obstáculo para novos investimentos.

Em palestra aos empresários da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, ele disse que as empresas de capital estrangeiro instaladas no País respondem por 26,1% do PIB Industrial, pagam 23,7% dos salários e empregam 18,5% da mão-de-obra. Estes dados referem-se a 1980 e fazem parte de um estudo elaborado por um grupo da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) encaminhado aos constituintes. O grupo é coordenado por Mendonça, que acredita que os dados de 80 não são muito diferentes da realidade atual. Segundo ele, em 1986, as 50 maiores empresas de capital estrangeiro que atuam no Brasil exportaram US\$

4,1 bilhões, enquanto as demais participaram com US\$ 18,3 bilhões. Por isto, ele frisou que "o capital estrangeiro só ajuda o crescimento do País" e acrescentou que usando seus investimentos é possível dobrar a renda per capita no ano 2005, mas, sem a sua participação, isto só acontecerá no ano 2017.

Absurdo

Para ele, os constituintes cometeram um "pequeno absurdo" nas definições de empresa nacional e estrangeira, dando o entendimento de que "se Antônio Ermirio de Moraes se mudar, por exemplo, para o Uruguai, suas empresas serão consideradas estrangeiras", já que estabeleceram que a empresa nacional é a que tiver seus dirigentes morando no País.

No entender do vice-presidente da Anfavea, a Constituinte adotou uma "estratégia errada", porque "torna o capital estrangeiro não bem-vindo" e ele frisou que esta opção "vai fechar o Brasil para o mundo, com consequências a médio e longo prazos". Ele também considerou um "obstáculo estranho" é uma restrição desnecessária, a nacionalização da exploração dos recursos minerais. No caso da indústria automobilística, Mendonça enfatizou que o capital estrangeiro é "vital para o País", porque é quem detém a tecnologia.